



O Campesinato e a Mídia na Região do Pontal do Paranapanema ¹

Munir Jorge FELÍCIO²

Bianca Aparecida dos SANTOS³

Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem como proposta ampliar a compreensão a respeito da invisibilização do campesinato na Região do Pontal do Paranapanema nos veículos de comunicação de Presidente Prudente (SP), trazendo algumas análises sobre a influência exercida pela mídia no processo de invisibilização do campesinato. Demonstrando que ao contrário do que ela tenta expor aos seus receptores o campesinato não desapareceu. Ele luta para que a sua cultura, tradição e identidade não sejam tão afetadas com a ação do capital; criando formas de resistência. Com essas reações o campesinato procura resgatar sua cultura, colocando-a defronte à ideologia do capital, para que essa não se sobreponha sobre aquela.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; comunicação; campesinato; invisibilização.

ENGRENAGENS MIDIÁTICAS E O PROCESSO DE INVISIBILIZAÇÃO DO CAMPESINATO

Para entender a realidade agrária que está em desenvolvimento na Região do Pontal do Paranapanema do estado de São Paulo é preciso fazer uma breve contextualização e compreender que ela é produto e processo dos avanços do capital. Dentre as suas nuances se destaca a questão agrária que se constitui no relacionamento entre o capital e o campesinato, termo usado para designar três grandes grupos presentes na região, são eles: os pequenos produtores, os trabalhadores rurais e os que lutam pela terra. Tratando-se também das transformações nas relações de produção na agricultura por definir como se produz, de que forma se produz e para quem se produz, gerando intensa interferência no desenvolvimento territorial.

As novas configurações e novos protagonistas presentes nesta realidade agrária e agrícola confirmam o modelo econômico de concentração das terras e centralização da renda e da riqueza tanto no campo, quanto na cidade. Neste sentido, a questão agrária do século XXI possui particularidades e especificidades que exigem estudos e

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação - IJ 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Mestre em Educação pela UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista) e Doutor em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente, membro do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação), docente permanente do Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da UNOESTE. email: munir@unoeste.br.

³ Estudante do curso de Comunicação Social na UNOESTE (Universidade do Oeste Paulista). email: biancasantos.aps@gmail.com.



pesquisas para poder conhecê-la e explicá-la. (FELÍCIO, 2009, p.2).

Para essa pesquisa a questão agrária consiste no elemento estrutural engendrado pelo modo de produção capitalista. Ela é constantemente impulsionada pelo avanço do capital na agricultura como entende Karl Kaustky em sua obra “A Questão Agrária”. Para ele a Revolução Industrial proporcionou o desenvolvimento da tecnologia cujos produtos atingiram o campo e, paulatinamente, suplantou o modo de produção feudal. Inicia então a luta de classes entre o proletariado assalariado e os capitalistas, bem como, os embates do campesinato com os donos do capital.

Dentro da sociedade capitalista no século XIX existiam inúmeras classes subdivididas, desde os monarcas até os cortesãos. Os cortesãos advindos da sociedade feudal, também conhecidos como artesãos, eram responsáveis por fazer as ferramentas para trabalhar a terra, o manejo dos animais, os serviços de carpintaria, etc. Com o avanço da tecnologia e o aumento das indústrias, muitos trabalhadores que viviam da agricultura no interior do feudo migraram para a cidade. Sem o controle dos meios de produção um enorme contingente populacional denominado por Kautsky (1986) de lumpemproletariado, era constituído por pessoas empobrecidas e desempregadas sem a mínima consciência política e de classe e, portanto, suscetíveis de servir aos interesses dos donos do capital. Por não terem a aptidão necessária para trabalhar na indústria, sobreviviam à custa de trabalhos esporádicos, residindo nas periferias as quais começaram a se formar, ou no melhor dos casos, voltavam para o campo e praticavam uma agricultura de subsistência.

O campesinato dentro da sociedade feudal integrava uma das camadas intermediárias e era visto como um problema para o desenvolvimento da economia nos moldes capitalista. Na sua trajetória histórica enfrentou algumas instituições, dentre elas a Igreja, o principado feudal por serem os proprietários dos latifúndios e, em outras ocasiões a própria nobreza feudal quando defendia seus meios de produção. O campesinato não conseguiu manter esse enfrentamento e acabou se rendendo às forças político-econômicas, sendo dominado pouco a pouco pelo sistema capitalista.

O grande questionamento de Kautsky (1986) consistia em compreender de que forma ocorreria o avanço do capital na agricultura e se ele excluiria o campesinato desse desenvolvimento, ou não. Para ele o capital tem essa força para eliminá-lo, mas, ele se depara com a resistência e com as estratégias do campesinato as quais chamou de “força



misteriosa” (KAUTSKY, 1986, p. 14). Força muitas vezes contraditória e desorganizada, mas que enfrentava as forças capitalistas.

O que impulsiona o sistema capitalista é a luta de classes e a produção de mercadorias. Kautsky (1986) observou que o capital com o domínio do desenvolvimento industrial estava começando a avançar em direção da agricultura, mas encontrou um obstáculo para a sua expansão. Pois a agricultura não poderia ser considerada como cópia fiel da indústria por ter leis próprias. Como o capital a dominaria e de que forma ocorreria sua expansão nesse território?

A produtividade da agricultura era totalmente diferente da produtividade industrial, pois na agricultura toda a produção é dependente de fatores climáticos, solo e do tempo gasto para a produção chegar ao seu estágio final. Todo esse processo com um controle ínfimo ou até mesmo sem nenhum controle. O que dentro de uma base industrial pode ser totalmente controlada do início do processo produtivo até o seu estágio final, a partir do qual tem início o processo distributivo.

De acordo com Kautsky (1986) é preciso examinar todas as transformações que a agricultura sofre com a expansão do modo de produção capitalista e demonstrar suas peculiaridades: “devemos verificar se o capital se apodera da agricultura, como o faz, se a revoluciona, se torna insustentável as velhas formas de produção e propriedade e se acarreta ou não a necessidade de novas formas” (KAUSTSKY, 1986, p. 15). Para ele só depois dessas informações é que se pode confirmar se a teoria marxista é aplicável ou não à agricultura.

O campesinato era incluído na economia ao se dirigir ao mercado para vender os excedentes da sua produção e comprar o indispensável. Já era possível notar as modificações na cultura camponesa diante das necessidades do meio urbano. Um exemplo dessa modificação é o do campesinato que na sociedade feudal tinha uma forma de sobrevivência que independia de aspectos externos e do meio urbano. Ele desenvolvia um processo industrial de cunho familiar com o qual produzia tudo o que precisava, desde roupas, sapatos, móveis e até mesmo os seus alimentos.

Mas ao se deparar com a ideia de que na cidade a indústria crescia por sua produção em série, de bens muito melhores e avançados do que os que eram produzidos na aldeia camponesa, ele deixa de produzir na sua indústria familiar para comprar na cidade. Esse é o início do mercado urbano que substituiu o escambo. Com a gênese do mercado o campesinato teve que aprender a utilizar o dinheiro. Esse, como moeda de



troca, foi incorporado ao sistema mercantil, que antes na sociedade feudal a troca era apenas de produto por produto.

A implantação da cobrança de impostos também é uma das criações dentro do sistema capitalista, uma vez que os donos da terra já exploravam o vassalo desde o feudo com o recolhimento de tributos em espécie. Ocorreram então, alterações profundas tanto nas condições de produção, quanto nas condições de comercialização o que resultou numa revolução econômica muito grande. Sendo assim, gerou uma demanda cada vez maior de dinheiro dentro da família camponesa, como que obrigando o camponês a aceitar essa nova condição para a sua própria existência. Por conseguinte, desde esta etapa evolutiva do avanço do capital na agricultura que o campesinato se desenvolve no sistema capitalista, sem fazer parte dele, e, contraditoriamente, fazendo parte.

O camponês passou a converter os seus produtos em dinheiro, chegando ao mercado vendia-os, com a consciência de que os produtos da sua indústria doméstica eram menos avançados e, por consequência disso, não eram tão procurados,

é claro que os produtos de sua indústria atrasada não eram os mais procurados, mas eram os que a indústria não produzia. Foi assim que o camponês se transformou naquilo que hoje por camponês se entende, coisa bem diferente do que fora desde o início: um *simples agricultor*. (KAUTSKY, 1986, p. 19, grifos do autor).

Logo a produção agrícola se transformou em produção de mercadorias, o pequeno agricultor do fundo do feudo começa a produzir para a cidade, por intermédio dos mercadores que faziam parte dos burgos. Por isso é importante compreender que a exploração do campesinato teve duas origens: dentro do feudo por intermédio de suas instituições e, fora do feudo, por intermédio dos mercadores; seja pelo empréstimo do dinheiro ao camponês; seja pela compra da sua produção. O campesinato passou a ser dependente do capital nas suas produções com os créditos oferecidos e a não quitação da dívida por muitas vezes resultava na perda da sua propriedade.

A proletarização do campesinato foi uma das consequências do desenvolvimento que estava acontecendo na época. Com o seu território cada vez mais limitado, o camponês deixa de desenvolver a atividade agrícola em pequena escala e passa a vender o seu potencial físico para as indústrias urbanas, já que não havia mais tantos excedentes de sua produção. Nesta altura o explorador, conhecido como indústria



já havia adentrado ao ambiente familiar do explorado proletário e modificado as relações sociais existentes, tanto no seio familiar, quanto na vida da aldeia camponesa.

No século XVI a nobreza feudal inicia a produção de mercadorias com dois modos de exploração, o capitalista e o feudal; outra mudança da mesma época foi o fortalecimento da economia florestal, a madeira passou a servir de matéria prima para a produção de mercadorias dentro dos estabelecimentos agrícolas. Os donos da terra queriam tomar posse das florestas, visando o lucro, não se importando mais com a lei do afolhamento que dizia que áreas de florestas e pastagens eram de uso comum. A mudança de postura foi decisiva quando se diz respeito ao acesso de terras cultiváveis pelo campesinato, já que eles dependiam da terra para tirar o seu sustento e os grandes estabelecimentos agrícolas se apropriavam do pouco que lhes restavam para tirar o seu sustento.

Para que o capitalismo avance ainda mais no campo ele busca inovações, como é o caso da evolução dos transgênicos que surgiu em 1996 nos Estados Unidos e hoje já se espalhou pelo mundo, tendo como principais produtos a soja, milho e algodão. Essa expansão teve um grande impulso através do modelo agro exportador e das tecnologias em constante desenvolvimento, como é o caso dos avanços na biotecnologia e da mecanização. O atual modelo de produção é subordinado intensivamente ao capital para a compra de sementes, agrotóxicos, pesticidas, insumos e do uso de maquinários dependentes do petróleo.

A questão agrária no século XXI tem suas singularidades que adveio do desenvolvimento capitalista de produção e que ao industrializar o campo favorece nova organização espacial e mudanças nas configurações.

Esse cenário mostra um contexto muito mais complexo, e, sobretudo, mais grave socialmente daquele existente no campo há 30 anos advindos do avanço tecnológico e de suas alterações como a evolução dos transgênicos, as commodities, os agros combustíveis, e o novo arranjo político-tecnológico-financeiro, entre outros. (FELÍCIO, 2009, p.8).

O processo de invisibilização do campesinato teve seu início na sociedade feudal e se fortaleceu com a chegada do capitalismo. Seu ápice aconteceu durante a revolução industrial onde o campesinato migrou do campo para a cidade quando sofre um processo de proletarização. Para analisar a questão agrária na Região do Pontal do Paranapanema não pode faltar a investigação sobre o avanço do capital, como as



estratégias do campesinato que procura se recriar para poder existir. Verifica-se, portanto, a enorme importância sobre o papel midiático tanto para ampliar a ideologia do capital, quanto para invisibilizar o campesinato. Proporciona, por isso, ampliar a compreensão de como se desenvolve a engrenagem midiática, como compreende diversos autores, como, por exemplo, Juan Dias Bordenave (2006) com as características da comunicação; Clóvis Rossi (1994) que enxerga no jornalismo a conquista de corações e mentes e Ciro Marcondes Filho (1989) e as formas de manipulação jornalística.

De acordo com Bordenave (2006) a comunicação possui suas particularidades e variantes que ela assume em alguns instantes ao longo do tempo. A carência de um determinado povo irá decidir o nível de comunicação que ele possui, percebendo-se assim que a comunicação é o resultado do meio social em que o ser humano está fixado. Quando uma pessoa se comunica com a outra as mensagens trocadas entre elas fazem com que suas realidades se transformem, tanto para o emissor, quanto para o receptor, essas formas de manipulação de linguagem mostram duas realidades: a objetiva e a que foi modificada pelo discurso. E é por intermédio de códigos mais elaborados em conjunto com signos que o ser humano mudou seu jeito de se comunicar, como explica:

Uma técnica de manipulação de linguagem amplamente utilizada por governos e instituições é o emprego de eufemismos, isto é, expressões que, sem alterar o significado, dissimulam melhor realidades desagradáveis ou desfavoráveis, que poderiam ser conotadas. (BORDENAVE, 2006, p. 88).

Para entender as engrenagens da cultura midiática Rossi (1994) argumenta que as mentes e os corações do público são atraídos pelos veículos de comunicação através da palavra e que a subjetividade do jornalista estará sempre presente nas notícias, uma vez que cada um tem seus valores e ressalta que esta é a causa da falta de objetividade no jornalismo.

É realmente inviável exigir dos jornalistas que deixem em casa todos esses condicionamentos e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos, ou como a objetiva de uma máquina fotográfica, registrando o que acontece sem imprimir, ao fazer seu relato, as emoções e as impressões puramente pessoais que o fato neles provocou. (ROSSI, 1994, p.10).

Há ainda quem acredite que os jornais são iguais a pontas de icebergs, como é



o caso de Marcondes Filhos (1989), os jornais em seu nível externo representariam a democracia formal, onde todos seriam iguais, porém, escondem no fundo o poder político que os sustentam e que é diferente de veículo para veículo. A notícia passou a ser mercadoria e apelativa segundo Marcondes Filho (1989, p.13) “A notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e a negação do subjetivismo”.

Conforme essa compreensão a notícia gera no receptor o não envolvimento dele com questões que podem interferir de modo efetivo em sua vida, tais como a política ou a economia, ligadas diretamente ao processo de trabalho do capitalismo. Por exemplo, as notícias voltadas para a reforma agrária cria no leitor certo desconforto, pois a mídia transforma aqueles que lutam pela terra em pessoas marginalizadas. De acordo com Marcondes Filho (1989), o tratamento que a notícia recebe antes de chegar ao receptor é conhecido como manipulação jornalística, pois existe uma linha tênue entre o acontecimento de um fato social, a ocorrência objetiva e o modo de apresentação ao público. Essa manipulação jornalística altera o caráter e o efeito das notícias sobre o expectador.

É nessa altura que se opera a adaptação ideológica, a estruturação da informação com fins de valorização e de interesse de classe. O falseamento não se dá via de regra, de forma intencional; ao contrário, normalmente ele faz parte da própria forma do jornalista estruturar seu mundo, de discernir os fatos (inconsciente) com uma “visão dominante”. O patrão, o orientador ideológico da empresa jornalística não estabelece “regras de redação” para que as notícias que entram como fatos puros, saiam como informações enviesadas. (MARCONDES FILHO, p.39, 1989).

O jornalista tem o papel de retirar da realidade o que mais lhe interessa e pode vir a interessar os seus leitores, a partir da realidade é extraída somente a parte aproveitável para as publicações, segundo os objetivos do veículo. Mas está nas mãos do editor o foco da matéria, desde a sua definição política de como deverá repercutir o fato na sociedade e de como transformar um acontecimento pequeno em um escândalo. Como é o caso, por exemplo, da abordagem da mídia em relação às manifestações do Movimento Sem Terra na Região do Pontal do Paranapanema. Marcondes Filho (1989) defende que o editor decide o que aumentar, reduzir e suprimir dos fatos, sendo



considerado como transformador da realidade social quando diz respeito à seu veículo noticioso e às convicções ideológicas e políticas que defende. Visando sempre trabalhar com a opinião pública e moldá-la de acordo com as suas intenções.

A função política efetiva do jornal na sociedade de classes não é a de noticiar, divulgar fatos que interessam à classe ou a setores dominantes, mas a de moldá-los, esticá-los e comprimi-los, reproduzir assim a vida pública e privada conforme os parâmetros ideológicos de seus produtores. Trata-se, portanto, de montar uma *segunda natureza* dos fatos sociais, diferente, e em muitos casos, oposta à verdadeira natureza das coisas. Fazer jornalismo não é só divulgar notícias ideologicamente orientadas, mas também, e principalmente, redimensionar o conjunto dos fatos sociais (notícias) de acordo com essa natureza artificial. O mundo que o jornalismo recria é, portanto, um outro mundo, outros fatos e outra atribuição de importância, que já não tem muito a ver com a realidade. (MARCONDES FILHO, p.51, 1989, grifos do autor).

A mídia regional do Pontal do Paranapanema vai além de moldar a opinião pública, ela induz o receptor a ideia de que o campesinato é um problema estrutural da sociedade, vulgariza-o. Os veículos abordam as manifestações de resistência do campesinato com desinteresse, e não mostram a realidade do que eles reivindicam e a razão das suas manifestações. O campesinato busca através dessas manifestações a sua autonomia, reafirmando o seu propósito de luta e trabalho.

OBJETIVOS E ANÁLISES

Essa pesquisa tem o objetivo de ampliar a compreensão e trazer reflexões a respeito da invisibilização do campesinato no Pontal do Paranapanema nos veículos de comunicação de Presidente Prudente, com algumas análises sobre a problemática da influência exercida pela mídia no processo de invisibilização midiática do campesinato. Foram reunidos diversos autores pela importância de suas contribuições para compreender a realidade do campesinato como, por exemplo, José de Souza Martins (1981); José Graziano Silva (1981); Ricardo Abramovay (1992); Munir Jorge Felício (2009) e Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (1998) – com suas compreensões distintas sobre o desenvolvimento territorial e a resistência do campesinato na sociedade. Martins (1981) demonstra as relações capitalistas de produção com a unificação das figuras do proprietário e a do capitalista. Graziano Silva (1981) aponta o camponês como subordinado ao capital. Abramovay (1992) acredita que o agricultor



familiar é um personagem totalmente diferente do camponês tradicional, e ao assumir essa nova condição reforça ainda mais o desaparecimento do campesinato. Felício (2009) declara que realidade agrária atual confirma o modelo econômico de concentração das terras. Ferreira (1998) considera a modernização da agricultura como o marco das transformações no Brasil. Para compreender o processo de desenvolvimento dos veículos de comunicação alguns autores foram imprescindíveis como, por exemplo, Bordenave (2006); Rossi (1994) e Marcondes Filho (1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que a mídia tenta expor aos seus receptores o campesinato não se extinguiu, eles lutam para que a sua cultura, tradição e identidade não sejam tão afetadas com a ação do capital, inclusive pela mídia, criando formas de resistência a isso eles tentam resgatar a cultura camponesa para que a ideologia do capitalismo não se torne soberana. Procuram ainda construir o seu território imaterial, com os valores e a identidade cultural do campesinato passados de geração em geração para defender a sua importância dentro da sociedade capitalista, ajudando a desenvolver o Paradigma da Questão Agrária, onde estuda justamente o fato de que a questão agrária é um problema estrutural do capitalismo que se desenvolve com as concentrações de terra.

A relevância do tema desenvolvido para a Faculdade de Comunicação Social - Jornalismo é de trazer contribuições e verificar qual o comportamento da mídia diante da hipótese segundo a qual o futuro o campesinato será extinto caso não ocorra sua integração como agricultor familiar ao sistema capitalista. Por possuir credibilidade junto a população, a mídia seleciona assuntos, na maioria das vezes, elege aqueles não relacionados a resistência do campesinato na atualidade, ou no melhor dos casos quando cedem um espaço, acaba sendo pequeno para não evidenciar o camponês, invisibilizando-o mais uma vez.

Importante lembrar que dentro de um veículo de comunicação o jornalista tem o dever de averiguar as informações e aprofundá-las antes de repassá-las à população para possibilitar a formação de opinião pública sem a influência de terceiros e de não gerar uma posição passiva da população diante dos fatos. Porém o que fazer quando não se noticia algo por influência de uma força maior? Força que defende interesses financeiros? Visto que os meios de comunicação possuem grande influência dentro da sociedade através dos recursos manipuladores para obedecer a intenções de empresas



privadas que financiam a mídia. Percebe-se que o público não assimila corretamente as notícias na sua essência, pois o que a mídia busca é padronizar a subjetividade dos seus expectadores, mesmo que cada ser humano tem em si a sua própria produção de sentidos, e é através da comunicação social que a produção de sentidos se torna extensão do ser humano.

No caso da região do Pontal do Paranapanema a mídia invisibiliza o campesinato para não garantir a sua visibilidade e importância frente à sociedade. Com a manipulação da informação ela distorce a realidade agrária do Oeste do Estado de São Paulo e retira o foco daqueles que buscam e reivindicam os seus direitos pelo trabalho e pela terra, atendendo somente os interesses daqueles que possuem o capital. Desmistificando a ideia de que a mídia é um espaço democrático construído por todas as classes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão** São Paulo: Hucitec, 1992.

BORDENAVE, Juan Dias. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FELICIO, Munir Jorge. **Apontamentos para ampliar a compreensão da questão agrária do século XXI**. *Revista Terra Livre*. Presidente Prudente, ano 2, edição 3, p 1-11, maio. 2009.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90**. Tese (Doutorado em Organização do Espaço). Rio Claro: IGCE-Cp. de Rio Claro UNESP, 389 p.,1998.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Nova cultural, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: Jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza**. 2. ed. São Paulo: Ática,1989.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petropolis: Vozes, 1981.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**, São Paulo: Zahar, 1981.